

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01847/2017)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Natividade/RJ	CNPJ:	28.920.304/0001-96
Endereço:	Praça Ferreira Rabelo, 04	CEP:	28180-000
Bairro:	Centro	Fax:	(022) 3841-2245
Telefone:	(022) 3841-2245		
E-mail:	prefeito@natividade.rj.gov.br		
Representante legal:	Severiano Antonio dos Santos Rezende		
CPF:	771.174.337-87		
Cargo:	Prefeito	Complemento:	
E-mail:	prefeito@natividade.rj.gov.br	Data início da gestão:	01/01/2017

CREDOR

Unidade Gestora:	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO	CNPJ:	01.709.035/0001-67
Endereço:	Rua Intendente Franklin Rabello, 08	CEP:	28380-000
Bairro:	Centro	Fax:	(022) 3842-1627
Telefone:	(022) 3841-1627		
E-mail:	natprevi@bol.com.br		
Representante legal:	Natanael Jose da Silva		
CPF:	845.117.027-72		
Cargo:	Presidente	Complemento:	
E-mail:	natprevi@bol.com.br	Data início da gestão:	01/01/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcèlement e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Mun. 827/2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE NATIVIDADE é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Natividade da quantia de R\$ 80.934,80 (oitenta mil e novecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), correspondentes aos valores de Contribuição dos Segurados (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 12/2000 a 03/2004, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Natividade confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 80.934,80 (oitenta mil e novecentos e trinta e quatro reais e oitenta centavos), será pago em 200 (duzentos) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 404,67 (quatrocentos e quatro reais e sessenta e sete centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 404,67 (quatrocentos e quatro reais e sessenta e sete centavos), vencerá em 29/12/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcèlement constante deste instrumento é definitiva e irretroatável, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de reparcèlement através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

A apuração do novo saldo devedor, calculado a partir dos valores atualizados da consolidação do parcelamento anterior e das prestações pagas deste, atualizados pelo IPCA acumulado, acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados, desde a data do valor consolidado do (re)parcèlement e prestações pagas anterior até a data de consolidação atual.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01847/2017)

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE


O presente termo de acordo de reparcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.


Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.


Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Natividade - RJ / 28/11/2017


Prefeitura Municipal de Natividade
Severiano Antonio dos Santos Rezende


INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE NATIVIDADE
Natanael Jose da Silva

Testemunhas:


Barbara Almeida Martelini
Assessora Jurídica
CPF: 122.030.777-78
RG: 167518-OAB-RJ


Marister Correa Rampazo
Diretora Administrativa Financeira
CPF: 030.739.177-99
RG: 076799659-Detran-RJ

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01847/2017)

DECLARAÇÃO

Severiano Antonio dos Santos Rezende, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Reparcèlement e Confissões de Débitos Previdenciários nº 01847/2017, firmado entre o/a Natividade e o INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE NATIVIDADE em 28/11/2017, foi publicado em 28/11/2017 no

☒ mural

() jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

() Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Natividade, 28/11/2017


Severiano Antonio dos Santos Rezende
Prefeito

Severiano Antônio dos Santos Rezende
Prefeito Municipal
CPF nº 771.174.337-87
Mat: 1202-1

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	01847/2017	Data	24/11/2017
Valor consolidado	80.934,80	Valor da prestação inicial	404,67
Número prestações	200	Vencimento 1ª prestação	29/12/2017

DEVEDOR

Ente Federativo	Natividade/RJ	CNPJ	28.920.304/0001-96
Representante Legal	Severiano Antonio dos Santos Rezende	CPF	771.174.337-87
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	0769-2
		Conta nº	8301-1

CREDOR

Unidade Gestora	INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE NATIVIDADE	CNPJ	01.709.035/0001-67
Representante Legal	Natanael Jose da Silva	CPF	845.117.027-72
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	0769-2
		Conta nº	5356-2

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

- 1.1 – das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 – das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:


- 2.1 – Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
- 2.2 – Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
- 2.3 – Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
- 2.4 – O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Natividade/RJ - 28/11/2017

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	Severiano Antônio dos Santos Rezende Prefeito Municipal
BANCO DO BRASIL (*)	CPF nº 771.174.337-87 Mat: 1202-1

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

Alberto Luís R. Fonseca
GERENTE GERAL -
0314559-X

Natanael José da Silva
ANEXOR PRESIDENTE - NATPREV
PORTAL GP 03-4/2017



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP (Reparcelamento)

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 28.920.304/0001-96	Número do acordo: 01847/2017	Data de consolidação do Termo: 24/11/2017
Ente: Prefeitura Municipal de Natividade / RJ		Data de assinatura do Termo: 28/11/2017
Título: Contribuição dos segurados		Data de vencimento da 1ª: 29/12/2017
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Mun. 827/2017		

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição dos Segurados (200 meses)	Quantidade de Parcelas: 200	Valor pago atualizado: 47.423,20
Competência: Inicial: 12/2000 Final: 03/2004	Diferença apurada atualizada: 128.358,00	Valor total reparcelado: 80.934,80
Diferença apurada: 80.153,07		
Valor da parcela na data de consolidação: 404,67		

Critérios de atualização para consolidação do débito:	
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %

Critérios de atualização das parcelas vincendas:	
Índice: IPCA	Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:	
Índice: IPCA	Taxa de juros: 1,00 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA E VALORES PAGOS

Rubrica:	Contribuição dos Segurados	Data de Consolidação do	27/12/2013	Número do Acordo:	02803/2013			
COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%) VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA		
12/2013	80.153,07	0,92	28,57	22.899,73	23,00	23.702,14	1.603,06	128.358,00
TOTAL:	80.153,07			22.899,73		23.702,14	1.603,06	128.358,00

LANÇAMENTOS DE VALORES PAGOS

Rubrica:	Contribuição dos Segurados	Data de Consolidação do Termo:	27/12/2013	Número do Acordo:	02803/2013			
PARCELA	DATA DO	VALOR PAGO	ÍNDICE(%)	VARIACÃO (%)	ATUALIZAÇÃO	TAXA DE JUROS (%)	TIPO DE JUROS	VALOR ATUALIZADO

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP (Reparcelamento)

001	20/02/2014	1.370,02	0,69	25,84	354,01	23,00	Simplex	2.120,56
002	28/02/2014	1.369,21	0,69	25,84	353,80	23,00	Simplex	2.119,30
003	31/03/2014	1.406,40	0,92	24,69	347,24	22,50	Simplex	2.148,21
004	05/05/2014	1.433,49	0,46	23,29	333,86	21,50	Simplex	2.147,33
005	21/08/2014	1.477,29	0,25	22,48	332,09	20,00	Simplex	2.171,26
006	21/08/2014	1.477,26	0,25	22,48	332,09	20,00	Simplex	2.171,22
007	21/08/2014	1.477,28	0,25	22,48	332,09	20,00	Simplex	2.171,24
008	23/09/2014	1.488,52	0,57	21,79	324,35	19,50	Simplex	2.166,38
009	31/10/2014	1.495,97	0,42	21,28	318,34	19,00	Simplex	2.159,03
010	28/11/2014	1.504,61	0,51	20,66	310,85	18,50	Simplex	2.151,32
011	28/11/2014	1.496,04	0,51	20,66	309,08	18,50	Simplex	2.139,07
012	08/01/2015	1.588,28	1,24	18,26	290,02	17,50	Simplex	2.207,00
013	30/01/2015	1.530,72	1,24	18,26	279,51	17,50	Simplex	2.127,02
014	27/02/2015	1.557,38	1,22	16,84	262,26	17,00	Simplex	2.128,98
015	31/03/2015	1.607,98	1,32	15,32	246,34	16,50	Simplex	2.160,28
016	30/04/2015	1.613,29	0,71	14,50	233,93	16,00	Simplex	2.142,78
017	29/05/2015	1.632,82	0,74	13,66	223,04	15,50	Simplex	2.143,52
018	30/06/2015	1.653,05	0,79	12,77	211,09	15,00	Simplex	2.143,76
019	22/09/2015	1.730,74	0,54	11,23	194,36	13,50	Simplex	2.184,99
020	26/11/2015	1.771,88	1,01	9,22	163,37	12,50	Simplex	2.177,16
021	07/01/2016	1.807,41	1,27	6,83	123,45	11,50	Simplex	2.152,91
022	13/04/2016	1.899,99	0,61	4,78	90,82	10,00	Simplex	2.189,89
TOTAL:		34.389,63			5.965,99			47.423,20
TOTAL GERAL:		34.389,63			5.965,99			47.423,20



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP (Reparcelamento)

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Natividade / RJ - 28.920.304/0001-96

Representante Legal: 771.174.337-87 - Severiano Antonio dos Santos Rezende

Data: __/__/__

Assinatura: _____

UNIDADE GESTORA: INSTITUTO DE PREVIDENCIA DOS SERVIDORES PUBLICOS DO MUNICIPIO DE NATIVIDADE - 01.709.035/0001-67

Representante Legal: 845.117.027-72 - Natanael Jose da Silva

Data: __/__/__

Assinatura: _____

TESTEMUNHAS:

Nome: Barbara Almeida Martelini

Cargo: Assessora Jurídica

CPF: 122.030.777-78

Nome: Marister Correa Rampazo

Cargo: Diretora Administrativa Financeira

CPF: 030.739.177-99